

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 18 e 19/12 - 10h

O Congresso Nacional tem duas sessões agendadas nesta semana. Na quarta-feira (18), os parlamentares reúnem-se para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (PLN 3/24) e vários projetos que abrem créditos extraordinários ao Orçamento de 2024. Na quinta, o único item da pauta é a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (PLN 26/24).

Resultado: O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (18) o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025. A proposta (PLN 3/2024) prevê um salário mínimo de R\$ 1.502 e um déficit de até R\$ 31 bilhões nas contas públicas no próximo ano. O texto segue para sanção presidencial. Já a sessão do Congresso Nacional que estava agendada para esta quinta-feira (19) para votar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (PLN 26/24) foi cancelada. O PLN da LOA deverá ser votado apenas no próximo ano.

SENADO FEDERAL

Plenário – 17 a 19/12

O Plenário do Senado pode votar, nesta semana o **PLP 121/2024**, que cria um programa de pagamento de dívidas dos estados com a União, com previsão de juros menores e parcelamento do saldo em 30 anos (Propag). Também consta na pauta o **PLP 125/2022**, que cria um código de defesa dos contribuintes.

Entre outras matérias, consta na pauta a **PEC 3/2020**, que insere, entre as obrigações comuns à União e aos entes federados, o zelo pela segurança cibernética dos serviços públicos.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Senado aprovou nesta quinta-feira (19) o projeto de lei que estabelece novos limites para os gastos públicos em caso de déficit primário (PLP 210/2024). De acordo com o

projeto, em caso de déficit primário, ficará proibida a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos ou benefícios tributários. A proposta também impõe travas para o crescimento de despesas com pessoal. Além disso, o governo poderá bloquear ou contingenciar parte das emendas parlamentares ao Orçamento quando houver resultado negativo na economia.

A proposta, que integra o pacote de medidas do governo federal para cortar despesas e alcançar a meta fiscal a partir de 2025, recebeu 72 votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Ela segue agora para a sanção presidencial.

O Senado aprovou nesta quinta-feira (19), em dois turnos, a [PEC 54/2024](#), que traz medidas para diminuir as despesas obrigatórias do governo, como a diminuição gradativa no grupo que pode receber o abono do PIS/Pasep e as limitações aos supersalários. Também foram aprovadas mudanças na destinação dos recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb). O texto será promulgado pelo Congresso Nacional.

O texto enviado pelo governo (PEC 45/2024) foi incorporado ao de outra proposta que tratava de regras tributárias, apenas para acelerar a tramitação, sem que tivesse que passar pela análise da admissibilidade (PEC 31/2007 na Câmara, que recebeu o número 54/2024 no Senado). A análise foi feita com a dispensa do rito normal de uma PEC, que exige cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno e mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

A proposta, como enviada pelo governo, previa que uma lei complementar tratasse das verbas que poderiam ficar fora do teto remuneratório, que hoje é de R\$ 44 mil mensais, valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Com a versão aprovada no Congresso, essas brechas ao teto podem ser tratadas em lei ordinária. Além disso, o texto prevê que, enquanto não for publicada a lei ordinária aprovada pelo Congresso, as regras para o extrateto serão as atualmente previstas na legislação.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 18/12 - 10h - Plenário 03

ITEM 02 - [PL 2073/2022](#), que dispõe sobre a criação de cargos em comissão e a transformação de cargos de Técnico e de Analista em cargos em comissão, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

O relator, Senador Mecias de Jesus, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado. Matéria segue para sanção presidencial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 16 a 20/12

Com o objetivo de aprovar o máximo de matérias em plenário até o final do ano, o presidente da Câmara, Arthur Lira, suspendeu todas as reuniões e debates sobre projetos em comissões temáticas da Casa até o dia 20 de dezembro.

De acordo com o presidente da Câmara, o objetivo do esforço será a aprovação de temas relacionados a segurança e a economia. Entre as matérias econômicas constam as votações da reforma tributária e o pacote de corte de gastos.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou um dos projetos de regulamentação da reforma tributária, que havia retornado do Senado com mudanças. O texto agora segue para sanção presidencial.

O PLP 68/2024, do Poder Executivo, contém detalhes sobre cada regime com redução ou isenção de incidência, a devolução de tributos para consumidores de baixa renda (cashback), a compra internacional pela internet e a vinculação dos mecanismos de pagamento com sistema de arrecadação.

Outras três matérias foram aprovadas do pacote do ajuste fiscal:

- PL 4614/2024, que limita o ganho real do salário mínimo aos limites do arcabouço fiscal (inflação e ganho real entre 0,6% e 2,5%) e restringe o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- PLP 210/2024, que impõe travas para o crescimento de despesas com pessoal e para incentivos tributários, se houver déficit nas contas públicas; e
- PEC 31/2007 (PEC 45/2024), que corta gastos públicos ao restringir o acesso ao abono salarial e estabelecer outras medidas para diminuir a despesa obrigatória federal.